ISSN: 2358-8829

DESMATERIALIZAÇÃO EDITORIAL: KOSELLECK E A TRANSFORMAÇÃO DO LIVRO IMPRESSO NO MERCADO DIGITAL

Vagner Basqueroto Martins [1]

1. INTRODUÇÃO

A história do livro não é apenas a história de um texto que atravessa suportes; é também a história de objetos, técnicas, agentes, instituições e práticas que organizam a produção e a leitura. A recorrente previsão de "morte do livro" diante de cada inovação tende a confundir a permanência de conteúdos com a estabilidade de suas formas. O códice impresso, porém, não é recipiente neutro: formato, papel, tipografia, encadernação, capa, paginação e relação entre texto e imagem participam da experiência de leitura e da significação cultural do objeto (Chartier, 1998; Cardoso, 2008).

O resumo aprovado que fundamenta este estudo propõe compreender a transformação do livro impresso frente à ascensão do mercado digital como reconfiguração, e não como obsolescência linear. O problema é aprofundar essa hipótese sem tomar "desmaterialização" como desaparecimento efetivo da matéria, nem presumir que toda novidade técnica produza automaticamente novas formas de leitura. Pergunta-se: de que modo a tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa permite interpretar as mudanças no design editorial, nas interações leitoras e na circulação econômica do livro em formatos impressos e digitais?

O objetivo geral é construir uma interpretação interdisciplinar da coexistência entre livro impresso e textualidade digital. Especificamente, busca-se: (a) discutir o livro como artefato material e signo; (b) analisar como forma e interface orientam gestos e possibilidades de leitura; e (c) situar as mudanças recentes do mercado editorial sem confundir crescimento de faturamento digital com substituição integral do impresso. A contribuição consiste em propor um modelo analítico que aproxima temporalidade

[1] Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: vagner.martins@ifrr.edu.br;

ISSN: 2358-8829

histórica, design de interação e circuito editorial, reconhecendo também as assimetrias de acesso, visibilidade e controle próprias das plataformas.

A tese defendida é que "desmaterialização editorial" designa uma mudança na percepção e no regime de acesso ao texto, não uma passagem do material ao imaterial. O livro eletrônico depende de dispositivos, energia, redes, formatos, servidores, licenças e interfaces; o livro impresso, por sua vez, não é uma forma estática, mas um artefato historicamente redesenhado. A comparação deve, portanto, considerar as materialidades específicas de cada meio e os interesses econômicos que as organizam.

2. METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa é qualitativa, teórico-conceitual e documental. Realizou-se leitura interpretativa de obras selecionadas de Koselleck, Chartier, Darnton, Norman, Bonsiepe, Cardoso, Burke, Vallejo e Santaella, escolhidas por sua pertinência às categorias de temporalidade, história do livro, cultura material, design, interação, circulação do conhecimento e semiose. A seleção não pretende constituir revisão sistemática exaustiva; configura um diálogo teórico dirigido pelo problema e pela hipótese presentes no resumo aprovado.

Como documento setorial, foram examinados os relatórios "Produção e vendas do setor editorial brasileiro" e "Conteúdo digital do setor editorial brasileiro", ano-base 2025, divulgados em 2026 pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) com apuração da Nielsen BookData. Os números são tratados como indicadores da receita declarada pelas editoras nos segmentos monitorados, e não como medida direta de leitores, tempo de leitura ou preferência individual. Foram cruzadas quatro categorias analíticas: (1) suporte e materialidade; (2) gestos, affordances e organização semiótica; (3) circuito de produção, mediação e distribuição; e (4) temporalidade, memória e expectativa.

A estratégia metodológica é de síntese analítica: cada categoria é examinada por aproximação e contraste entre autores e, em seguida, confrontada com o recorte setorial disponível. Não foram coletados dados primários com leitores, editoras ou designers, nem foram realizados testes de usabilidade ou levantamento de exemplares. Por isso, os resultados apresentados consistem em achados interpretativos e documentais, não em generalizações sobre comportamento de toda a população leitora. A pesquisa não envolveu participantes humanos e, portanto, não demandou apreciação ética; não são reproduzidas imagens de terceiros.

ISSN: 2358-8829

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Temporalidade: experiência, expectativa e inovação

De acordo com Koselleck (2006), "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" são categorias meta-históricas que articulam passado e futuro no presente. A experiência reúne o passado tornado presente, sedimentado em lembranças e práticas; a expectativa projeta futuros possíveis sem se deixar deduzir inteiramente do que já foi vivido. A relação é tensa e assimétrica: o futuro pode exceder a experiência, mas cada expectativa frustrada ou realizada retorna como nova experiência. Aplicadas ao livro, essas categorias evitam tratar a história dos meios como sequência inevitável de substituições.

O códice impresso compõe um espaço de experiência: reconhecem-se a página, a sequência, a lombada, a marcação de trechos e a possibilidade de conservar, emprestar ou oferecer o volume. Tais práticas não são universais nem imutáveis, mas foram sedimentadas por escolas, bibliotecas, editoras, livrarias e comunidades de leitura. O digital, por sua vez, alimenta um horizonte de expectativa associado à portabilidade, busca, sincronização, personalização e distribuição imediata. Contudo, esse futuro antecipado encontra limites em dispositivos, conexão, alfabetização digital, custos, licenças, acessibilidade e desenho das plataformas.

A utilidade de Koselleck está justamente em não converter expectativa em destino. Projetos de leitura "sem fricção" ou de acesso universal podem ampliar possibilidades, mas também dependem de condições técnicas e políticas. O aumento da velocidade de circulação não elimina a duração da leitura, a necessidade de atenção nem as instituições que selecionam e preservam textos. As expectativas digitais são históricas: mudam com a experiência acumulada, e não constituem uma ruptura exterior à história.

3.2 Livro, leitura e cultura material

Chartier desloca a análise da obra abstrata para as formas materiais e as práticas de apropriação. O texto não chega ao leitor fora de uma forma: a disposição tipográfica, o formato, a organização em unidades e os protocolos de leitura influenciam o que pode ser visto e feito. A leitura é prática situada, atravessada por competências, convenções e usos diversos; logo, um mesmo texto pode adquirir sentidos distintos conforme edição, suporte

ISSN: 2358-8829

e comunidade interpretativa (Chartier, 1998). A revolução digital envolve simultaneamente técnica de produção, materialidade textual e práticas leitoras, mas as transformações nos gestos não se completam no mesmo ritmo das inovações técnicas.

Darnton (1982) amplia essa perspectiva ao propor o circuito de comunicação do livro: autor, editor, impressor, distribuidores, livreiros e leitores, em interação com condições econômicas, sociais e políticas. O modelo torna visível que a experiência de leitura se relaciona com decisões de produção e circulação. A transposição ao ambiente digital requer revisão: lojas de aplicativos, agregadores, sistemas de assinatura, empresas de dispositivos e mecanismos de recomendação podem concentrar funções de seleção, venda, distribuição e registro de dados. A desintermediação anunciada muitas vezes desloca a mediação para novas infraestruturas privadas, em vez de eliminá-la.

A história social do conhecimento de Burke (2012) ajuda a compreender que tecnologias de registro e classificação também redistribuem autoridade. Catálogos, metadados, mecanismos de busca e recomendações personalizadas não são recursos neutros: organizam o visível, classificam objetos e condicionam a descoberta. A contribuição de Vallejo (2022), em registro ensaístico e narrativo, recupera a longa cadeia de pessoas e materiais que torna o livro possível — copistas, tradutores, bibliotecários, editores, leitores — e lembra que a memória escrita depende de trabalho, preservação e acesso. A narrativa de Vallejo é aqui mobilizada como reflexão cultural sobre a materialidade e a transmissão, não como substituta da historiografia ou de dados empíricos.

3.3 Design editorial, semiótica e interação

A abordagem de Cardoso (2008) permite situar o design como prática social e histórica, condicionada por técnicas, instituições, mercados e valores culturais. No livro, o projeto gráfico organiza não somente aparência, mas hierarquia, ritmo, legibilidade, orientação e identidade. Capa, papel e encadernação funcionam como signos que antecipam gênero, público e valor; a experiência tátil e visual associa-se à memória, ao colecionismo e à circulação social. Isso não autoriza uma oposição simplista entre papel "profundo" e tela "superficial": ambos suportes são projetados, mediados e interpretados em contextos específicos.

ISSN: 2358-8829

Na perspectiva semiótica de Santaella (2002), os processos de significação envolvem relações entre signos, objetos e interpretantes. A capa, a tipografia e o paratexto não apenas decoram uma obra: produzem índices e convenções de leitura; interfaces digitais acrescentam ícones, menus, barras de progresso, alertas e metadados que traduzem operações possíveis. A interpretação não está contida no objeto isolado, mas emerge na relação entre configurações materiais, repertórios do leitor e situação de uso. Com isso, a semiótica permite pensar tanto a comunicação editorial quanto os sinais que orientam a interação.

Norman (2006) destaca a inteligibilidade dos objetos e a importância de tornar perceptíveis as ações possíveis, fornecer feedback e reduzir discrepâncias entre intenção e operação. Aplicado ao livro impresso, o projeto deve considerar manuseio, abertura, contraste, tamanho, navegação por sumário e legibilidade; em leitores digitais, considera toque, busca, ajuste de fonte, marcadores, mudança de página e retorno ao texto. A comparação não deve atribuir dificuldades ao "leitor inadequado": fricções podem resultar de escolhas de interface, padrões técnicos, recursos de acessibilidade insuficientes ou incompatibilidades de dispositivo.

Bonsiepe (1997) compreende a interface como mediação entre usuário, tarefa e artefato. Essa noção é produtiva para não opor materialidade física e experiência digital: a interface organiza a ação em ambos os casos. No códice, a página, a dobra, a margem, o índice e a lombada compõem um sistema de orientação incorporado ao objeto; no digital, controles e convenções podem ser reconfiguráveis, mas dependem de software e de políticas de plataforma. As facilidades aparentes — por exemplo, ajustar o tamanho da fonte — podem ampliar a acessibilidade; sua disponibilidade efetiva depende da qualidade do projeto e dos direitos de uso.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Desmaterialização: mudança de visibilidade, não ausência de matéria

A primeira síntese da análise é conceitual: "desmaterialização" nomeia uma experiência em que o texto se torna menos vinculado a um objeto singular e visível, não a supressão da materialidade. Na tela, a obra pode ser percebida como conteúdo transferível, enquanto o dispositivo aparece como suporte genérico. Porém, esse aparente descolamento depende de componentes materiais e energéticos, cadeias de fabricação,

ISSN: 2358-8829

armazenamento, conectividade e manutenção. Também há uma materialidade jurídica: em muitos modelos, o leitor adquire licença condicionada, sujeita a formatos, contas e regras comerciais, em vez de um exemplar fisicamente possuído e transmissível sem mediação de plataforma.

O códice, por outro lado, oferece estabilidade relativa e autonomia de uso: pode ser lido sem bateria, circular fora de uma rede e permanecer disponível após a descontinuação de um serviço. Isso não significa que seja imaterialmente "livre" de condições: papel, impressão, transporte, armazenamento e custo também definem limites. O contraste pertinente não é material versus imaterial, mas entre regimes de materialização, disponibilidade e controle. Essa distinção refina o resumo aprovado: o digital não remove o objeto, e sim redistribui a percepção do suporte e desloca parte da infraestrutura para fora do campo visual do leitor.

A formulação de Chartier também impede atribuir efeitos absolutos ao meio. A textualidade digital pode reconfigurar unidades de leitura, buscas e circulação, mas práticas herdadas persistem e são recombinadas. Um leitor pode alternar papel e tela em diferentes contextos; pode consultar um texto digital e preferir o impresso para estudo ou coleção. Essas combinações não representam incoerência: constituem apropriações situadas, nas quais conveniência, preço, acessibilidade, objetivo e valor afetivo participam da escolha.

4.2 Interação, semiose e experiência de leitura

A segunda síntese diz respeito às interações. O livro impresso oferece uma sequência espacialmente estabilizada: páginas mantêm posição, espessura e relação física com o avanço da leitura. O leitor pode estimar visualmente a extensão restante, folhear em ambas as direções, anotar em margens ou reconhecer uma passagem pela localização na página. Essas ações têm consequências cognitivas e semióticas porque associam o texto a pistas corporais e visuais. Não são propriedades naturais ou idênticas para todos: dependem de visão, motricidade, familiaridade com o códice e condições de leitura.

No ambiente digital, a interface permite busca, alteração de tamanho, dicionários, marcações e, em determinados formatos, hiperligações e multimodalidade. Tais recursos podem reduzir barreiras e favorecer usos específicos; simultaneamente, notificações, alternância de tarefas, dependência de bateria e instabilidade de plataforma podem

ISSN: 2358-8829

interromper a leitura. A avaliação exigente do design não deve partir de nostalgia nem de tecnofilia: precisa investigar quem controla a ação, quais pistas são inteligíveis, que feedback é dado e que leitores ficam excluídos por pressupostos de interface.

A semiótica mostra ainda que o objeto livro comunica antes e além do conteúdo verbal. A capa sinaliza pertencimento a gêneros e comunidades; o acabamento pode construir distinção ou sugerir durabilidade; o thumbnail de uma loja digital disputa atenção em condições de abundância. No mercado conectado, a descoberta tende a passar por busca, curadoria, publicidade e recomendação algorítmica. O leitor não recebe apenas um livro em outro suporte: pode receber uma obra já enquadrada por sistemas de classificação e de visibilidade. Como observa Burke (2012), formas de ordenar conhecimento implicam escolhas de autoridade e relevância.

Por esse motivo, a experiência não deve ser reduzida a um atributo do artefato. Ela se forma na relação entre signos, corpo, espaço, tarefa e situação social. O mesmo e-book pode servir como instrumento de mobilidade e acessibilidade, mas também pode oferecer uma navegação opaca ou restringir a cópia e o empréstimo. Um volume impresso pode promover concentração e memória espacial, mas ser financeiramente inacessível ou fisicamente inadequado. A contribuição de Norman e Bonsiepe é tornar essas diferenças avaliáveis em termos de mediação, orientação e possibilidade de ação, sem transformar preferências particulares em hierarquia universal dos meios.

4.3 Mercado editorial: coexistência desigual e mudanças na cadeia

Os dados mais recentes disponíveis no recorte documental reforçam a tese da coexistência. Em 2025, segundo a pesquisa CBL/Nielsen BookData, as editoras faturaram R$ 4,513 bilhões com livros impressos vendidos ao mercado e R$ 453,7 milhões com conteúdo digital. O digital cresceu 10% em termos nominais e 5,5% em termos reais em relação a 2024; o impresso vendido ao mercado cresceu 7,7% nominalmente e 3,3% em termos reais. No agregado dessas duas categorias, o faturamento nominal passou de R$ 4,603 bilhões em 2024 para R$ 4,966 bilhões em 2025, e a participação relativa do digital permaneceu em torno de 9% (CBL; Nielsen Bookdata, 2026a, 2026b).

Esses números requerem duas ressalvas. Primeiro, o comparativo publicado considera no impresso as vendas ao mercado, não o total impresso incluindo compras governamentais; portanto, não se deve apresentá-lo como retrato de toda circulação de

ISSN: 2358-8829

livros no país. Segundo, receita não equivale a quantidade de leitores, frequência de leitura, número de exemplares impressos ou preferência individual. O dado sustenta expansão relativa do segmento digital dentro do faturamento medido, mas não permite concluir que leitores estejam abandonando o impresso, nem que o crescimento digital seja causado por maior leitura em sentido amplo.

A pesquisa também mostra pluralidade interna no digital: e-books e audiolivros vendidos à la carte, assinaturas, bibliotecas virtuais e plataformas educacionais obedecem a modelos de acesso e receita distintos. Em 2025, a receita digital total foi de R$ 453,7 milhões; as "outras categorias" — entre elas bibliotecas virtuais e assinaturas — somaram R$ 265,5 milhões, enquanto a venda à la carte totalizou R$ 188,2 milhões (CBL; Nielsen Bookdata, 2026b). A unidade de análise "digital" oculta, portanto, arranjos de circulação que alteram direitos, duração do acesso, descoberta e remuneração.

Darnton ajuda a compreender o deslocamento de mediações: a cadeia não desaparece, mas se reorganiza. A plataforma pode acumular funções de vitrine, canal de venda, mecanismo de recomendação e ambiente de leitura, ao mesmo tempo que coleta dados de uso. Para o editor, a transformação envolve não apenas converter arquivos, mas lidar com padrões técnicos, metadados, compatibilidade, licenciamento, distribuição e visibilidade. Para o leitor, disponibilidade em catálogo não equivale necessariamente a propriedade, acesso duradouro ou possibilidade de empréstimo. Para livreiros independentes e bibliotecas, a plataforma digital pode ampliar alcance, mas também intensificar dependências comerciais e concorrenciais.

Há ainda implicações para o trabalho de design editorial. A publicação digital exige decisões sobre fluidez ou fixidez do layout, tipografia ajustável, estrutura semântica, acessibilidade, audiodescrição, navegação e preservação. No impresso, material, formato e tiragem afetam custo, durabilidade, transporte e identidade editorial. A escolha do suporte não é uma etapa neutra posterior à edição: participa do modelo econômico, do público imaginado e da possibilidade de circulação. A leitura dos dados deve, assim, ser combinada à história cultural e ao estudo de interfaces, pois os indicadores financeiros, isoladamente, não mostram a qualidade da experiência nem a distribuição social dos benefícios.

4.4 Uma matriz de leitura para o problema

ISSN: 2358-8829

A articulação dos autores permite propor uma matriz de quatro eixos para analisar futuras pesquisas empíricas sobre livro e leitura. O eixo temporal pergunta quais experiências de leitura sustentam expectativas de inovação e quais expectativas se frustram ou são incorporadas (Koselleck). O eixo material-semiótico observa como o suporte, a edição e os signos orientam interpretação e memória (Chartier; Santaella; Cardoso). O eixo interacional examina legibilidade, affordances, pistas, feedback, acessibilidade e controle sobre a ação (Norman; Bonsiepe). O eixo de circulação mapeia agentes, plataformas, distribuição, classificação, licenças e remuneração (Darnton; Burke).

A matriz não é apresentada como resultado de experimento com leitores, mas como proposta de operacionalização decorrente da síntese teórica. Ela ajuda a substituir a pergunta binária "papel ou tela?" por questões verificáveis: em que situação, para qual público, com que tarefa, sob quais condições de acesso e por meio de quais agentes o texto circula? Estudos de campo poderiam comparar leitores em tarefas definidas, observar interações e combinar entrevistas com análise de edições e contratos de acesso. Essa agenda também permitiria distinguir preferência declarada, comportamento observado e condições estruturais de acesso.

A dimensão histórica torna a matriz crítica: uma expectativa tecnológica pode ampliar a experiência de certos grupos e estreitá-la para outros. A ideia de universalidade digital deve ser testada diante de desigualdades de renda, conexão, dispositivos, letramento e deficiência. De modo correlato, a celebração do impresso como patrimônio não pode ignorar custos, impactos de produção e barreiras físicas. O design responsável compara trade-offs e explicita quem se beneficia, quem decide e quem suporta os custos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sustenta a hipótese do resumo aprovado: a transformação do livro impresso no mercado digital não descreve uma substituição linear, mas uma reconfiguração de suportes, práticas e expectativas. As categorias de Koselleck permitem compreender que o horizonte digital emerge em tensão com uma experiência histórica sedimentada, sem ser inteiramente determinado por ela. O códice não é mero resíduo; a tela não é futuro imaterial. Ambos são respostas culturais, técnicas e econômicas a contextos específicos, com capacidades e limites próprios.

ISSN: 2358-8829

A contribuição interdisciplinar reside em conectar história da cultura material, teoria da história, semiótica e design. Chartier evidencia que formas materiais e práticas de leitura se constituem mutuamente; Santaella ajuda a entender a produção de sentido pelas configurações visuais e interativas; Norman e Bonsiepe deslocam a avaliação para as mediações e possibilidades de ação; Cardoso situa o design nas relações sociais; Darnton e Burke permitem analisar cadeias de circulação e regimes de classificação; Vallejo recorda a dimensão humana e coletiva da preservação dos livros. A articulação não elimina diferenças epistemológicas entre esses autores: emprega cada um em seu campo de pertinência, evitando atribuir a ensaio cultural o mesmo estatuto de teoria historiográfica ou de pesquisa de mercado.

Os dados setoriais de 2025 apontam que a receita digital cresce, mas permanece minoritária no comparativo medido, enquanto o impresso também registra crescimento real. Isso contradiz leituras apressadas que anunciam o desaparecimento próximo do livro físico, mas não autoriza idealizar o mercado: faturamento não mede acesso equitativo, qualidade de leitura ou autonomia do leitor. A expansão do digital exige atenção às plataformas, aos contratos e às infraestruturas que podem tornar invisíveis novas dependências.

Como limite, o estudo não inclui pesquisa empírica com leitores, análise comparativa de edições nem dados detalhados de custo, acessibilidade e contratos das plataformas. Investigações futuras podem aplicar a matriz proposta a acervos e editoras, acompanhar gestos de leitura em tarefas comparáveis e estudar como diferentes públicos negociam a passagem entre papel, e-book e áudio. A aplicação científica mais imediata é deslocar o debate da oposição entre meios para a análise crítica dos sistemas de design, circulação e acesso que configuram cada experiência de leitura.

Palavras-chave: Livro; Design editorial; Cultura material; Leitura digital; Mercado editorial.

REFERÊNCIAS

BONSIEPE, Gui. Design: do material ao digital. Florianópolis: FIESC/IEL, 1997.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CARDOSO, Rafael. Uma introdução à história do design. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2008.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (CBL); NIELSEN BOOKDATA. Produção e vendas do setor editorial brasileiro: ano-base 2025. São Paulo: CBL, 2026a. Disponível em: https://cbl.org.br/wp-content/uploads/2026/05/Producao_e_Vendas_anobase_2025_imprensa.pdf. Acesso em: 21 out. 2026.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (CBL); NIELSEN BOOKDATA. Conteúdo digital do setor editorial brasileiro: ano-base 2025. São Paulo: CBL, 2026b. Disponível em: https://cbl.org.br/wp-content/uploads/2026/05/Conteudo_Digital_anobase_2025_imprensa.pdf.pdf. Acesso em: 21 out. 2026.

DARNTON, Robert. What is the history of books? Daedalus, Cambridge, v. 111, n. 3, p. 65-83, 1982. Disponível em: https://dash.harvard.edu/entities/publication/73120378-8194-6bd4-e053-0100007fdf3b. Acesso em: 21 out. 2026.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

NORMAN, Donald A. O design do dia a dia. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SANTAELLA, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

VALLEJO, Irene. O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.